

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO

**A DIALÉTICA
DA
ORGANIZAÇÃO ESPACIAL**



**A METRÓPOLE
DE
UMA SOCIEDADE DE ELITE**

ADRIANO LEONARDI
ORIENTADOR: CSABA DEÁK

A Dialética da Organização Espacial e a MetrÓpole de uma Sociedade de Elite

Outubro de 2011

Adriano Leonardi Libaneo

Orientador: Csaba Deák

1 A Dialética entre Mercado e Estado	2
1.1 Acumulação e Regulação	2
<i>Capital Fixo e Capital Circulante</i>	3
<i>Regulação</i>	3
1.2 Estágios de Acumulação e formas Ideológicas correspondentes	4
<i>Estágio predominantemente Extensivo e Liberalismo</i>	4
<i>Estágio predominantemente Intensivo e Social-democracia</i>	6
<i>Estágio Contemporâneo e o Neoliberalismo</i>	6
2 A Dialética da Organização Espacial	7
2.1 Valor e Preço da Localização	8
2.2 Pagamento pela Localização e Organização Espacial	9
<i>Densidade de Ocupação</i>	9
<i>Taxação sobre o Uso do Solo</i>	10
<i>Especulação</i>	10
2.3 Espaços homogêneo e heterogêneo	11
3 Organização Espacial na Dialética da Acumulação Entravada	12
3.1 A MetrÓpole de uma Sociedade de Elite	12
Notas e referências	13
Bibliografia	19

* * *

1 A Dialética entre Mercado e Estado

1.1 Acumulação e Regulação

A acumulação em uma sociedade capitalista é resultado da atuação de forças antagônicas originadas na tendência para a generalização da forma-mercadoria, em um mercado unificado dentro de uma nação-Estado. Este resultado é condicionante das relações de produção predominantes entre tendências e contra-tendências à generalização - dando origem à dialética do antagonismo entre as forças do mercado e do Estado.

Nem tudo pode ser produzido enquanto valor de troca, e assim o mercado é capaz de regular (com restrições) parte da produção social (leia-se: produção total). O que exatamente pode e o que não pode ser produzido enquanto mercadoria, caracteriza e varia de acordo com os estágios históricos de acumulação, mas a produção de valores de uso mercadorizáveis ou não, necessariamente inclui a intervenção estatal, a mesma que produz tanto as condições institucionais e jurídicas para a contínua reimposição/expansão da regulação da produção com primazia para do mercado, quanto a limitação da expansão da forma-mercadoria. Dessa forma, a generalização da forma-mercadoria no capitalismo constitui uma dialética: ao necessitar do Estado para produzir diretamente os valores não-mercadorizáveis, surge a contra-tendência à tendência à generalização da forma-mercadoria. O nível de domínio/controlado da forma-mercadoria sobre a produção social caracteriza os estágios ou estágios de acumulação.

A sequência histórica de tendências e contra tendências é dialética e explica a transformação através de forças contrastantes que não possuem existência isolada, e impossibilita a redução do capitalismo à economia da mercadoria.

O antagonismo entre a forma-mercadoria e a intervenção do Estado é a própria força motora por trás da acumulação intensiva (atualmente em crise) e do processo urbano. O planejamento através da intervenção do Estado - que se submete à regulação do mercado para preservá-lo, circunscrevendo-o para ampliá-lo – tenta reverter a tendência de queda da relação produção e consumo, ou seja, na sazonal desproporção entre aumento de produtividade sem correspondente aumento dos mercados. Porém, a dialética da forma-mercadoria não segue nenhum movimento sazonal em que períodos de retração pode ser seguido pelo seu restabelecimento tanto na produção quanto na reprodução social. Ainda, a consequência da contração da forma-mercadoria não é a limitação da expansão da produtividade – que precisa continuar em ascensão.

Capital Fixo e Capital Circulante

As grandes categorias das condições de produção e acumulação são meios de produção (composto por maquinário e matérias-primas), trabalho e localização, o capital fixo e o capital circulante. Os componentes mais comuns do capital fixo são terra, maquinário e edifícios, e os do capital circulante, sistema monetário e financeiro (incluindo salários) e matérias-primas. Ambos capitais são formas de capital adiantado, pré-requisitos e condicionantes da produção, com a distinção de que o retorno do capital circulante ocorre no final de cada período de produção, enquanto o capital fixo deve fazer isso durante seu período de vida útil.

O capital fixo introduz uma limitação à necessária e constante adaptação do capital investido no processo de produção (referente à evolução das técnicas de produção), medida enquanto rigidez de capital. Diferente do capital circulante que pode ser imediatamente reinvestido, a própria característica do capital fixo o torna de certa forma imobilizado ou não flexível, o que impede/dificulta sua substituição gradual quando necessária: o aumento de produtividade inclui a evolução de técnicas, que impõe um custo progressivo e constante que o capital fixo não consegue acompanhar no mesmo ritmo – a alternativa é realizar a troca / transformação / atualização através de saltos, o que produz recorrentes desvalorizações do capital. A substituição completa do capital fixo só se dará após a inviabilização completa do processo produtivo, ou quando a taxa de retorno sobre o capital circulante cai abaixo da taxa média de lucro. Assim, a substituição do capital fixo implica em desvalorização e obsolescência dos meios de produção (mesmo em atividade), muitas vezes de forma forçada ou, através do contínuo aumento na produtividade do trabalho. Conter esse movimento significa ainda represar o retorno sobre o capital circulante (deixá-lo inativo esperando sua aplicação) e amortizar o capital fixo (esperar sua desvalorização). Dessa forma exemplificamos um dos modos de regulação dos capitais individuais por ele mesmo, o lucro como estímulo para a substituição do capital fixo e para a reimposição do capital circulante.

Regulação

A acumulação depende da neutralização dos seus limitantes internos, o que exige o envolvimento do Estado através do planejamento, da regulação estatal e da produção direta de valores de uso – para preservar as relações capitalistas de produção.

Os limites da regulação do mercado não são visíveis apenas através de um processo produtivo individual (que é a maneira mais óbvia), ou de uma organização espacial deficiente, mas principalmente, pelo nível de reprodução social - ou produção coletiva, onde se encaixa planejamento e produção de espaço. A regulação ao nível coletivo é o que vai definir as condições de acumulação que sustentará a produção individual: crédito, capacidade de produção e consumo, distribuição, investimento, evolução técnica e produtividade. Mesmo a regulação de mercado tendo limites, estes são inerentes ao modo de produção, reimpondo a coesão, mutação e reprodução do sistema.

Os limites são impostos pela competição sobre a produção, a mesma competição que resulta em ascensão e queda de monopólios e ao fim, ao avanço da produtividade. A competição cria o monopólio, o monopólio recria a competição em um nível maior e, como a produção produz técnicas que desvalorizam a produção em determinado estágio, mais tarde a evolução de técnicas restaura novas condições de produção (ou o desenvolvimento das mesmas) no próximo movimento.

Ou seja, o capitalismo possui uma regulação que está acima dos capitais individuais: pelo mercado em primeira instância e pela intervenção estatal na segunda. Esses dois sistemas aparentam manter o controle da reprodução em um terreno o mais próximo do estável:

I. Regulação utilizando o próprio capital, restrita à produção e distribuição de mercadorias na produção individual. Existe uma possibilidade relativa em regular os usos do capital - o sistema de crédito permite injetar capital na forma de dinheiro numa produção ou sistema financeiro que não necessariamente existe: fluxos de capital podem ser revertidos para estabilizar relações entre produção e consumo, arbitrar entre despesas correntes e necessidades futuras e transferir superávits/déficits de capital de uma produção ou sistema financeiro, de uma região para outra. Há uma contradição central - crédito e reversão não estão separados da regulação do Estado e da especulação entre o capital circulante (e seus instrumentos financeiros), sua base monetária, e padrões de capital fixos. A questão crucial é saber qual das diversas representações é capital concreto ou qual controla a forma mais próxima do valor real num dado momento - o valor do valor.

A taxa média de lucro regula o fluxo de capitais alocando recursos entre os ramos da produção; uma taxa de lucro pequena (ou caindo) associada a menores taxas de crescimento exige a expansão da intervenção do Estado:

II. Regulação a partir do Estado, que distribui os elementos vinculados à produção coletiva, a fim de regular as condições de competição individuais. Trata-se de um sistema coercitivo via autoridade que detém o monopólio de alguns fundamentos institucionais, a fim de regular: volume da produção, distribuição, subsídios, fluxo, forma e distribuição da acumulação, garantias legais de contratos de mercado, intervenções fiscais, crédito, arrecadação, estratégias de acumulação, inversões de impostos, infra-estrutura; vale dizer, controle direto das alocações entre capital e trabalho - nível de reprodução da força de trabalho, controle de setores essenciais, restrições à emancipação de capitais, etc.

A função reguladora do Estado é semelhante à do mercado por causa da necessidade em unificar o modo de produção, organizar o espaço, administrar a divisão e pulverização e a tendência à concentração de capital, e de toda volatilidade (se contrária aos interesses do capital) associada ao capital circulante.

Quando ocorre alguma ruptura no vínculo produtivo, quando a regulação acima falha, ou seja, quando o desenvolvimento do antagonismo Estado/mercado no interior da dialética da forma-mercadoria alcança um estágio em que a primazia da produção para o mercado é ameaçada, a crise é instalada.

1.2 Estágios de Acumulação e formas Ideológicas correspondentes

Estágio predominantemente Extensivo e Liberalismo

O primeiro estágio de desenvolvimento é caracterizado pela eliminação das terras comunais (os cercamentos) e sua transformação em propriedade, e pela extensão do assalariamento. Ele se caracteriza pela rápida extensão das relações capitalistas de produção no início da era industrial (transição do feudalismo para o capitalismo), e que resulta em altas taxas de excedente - produzido, combinado e mantido pelas seguintes condições:

I. Produzido em detrimento das relações pré-capitalistas de produção: servidão, produtores diretos dependentes, produção para a subsistência.

II. Combinado a novas relações de produção: baixo nível de reprodução da força de trabalho, longa jornada de trabalho, precária infra-estrutura - no espaço, na habitação, higiene, saúde, educação.

III. Mantido pelo amplo estoque de mão-de-obra formado pelos ainda não assalariados, e pela concentração da propriedade privada da terra – êxodo rural.

O estágio de acumulação extensivo possui estabilidade mantendo baixa rigidez de capital fixo e alta proporção de capital circulante, (e apesar disso) em um lento ritmo de introdução de novas técnicas. A acumulação com baixa produtividade e baixo valor agregado é possível através de rápida expansão em extensão do modo de produção. O processo de obsolescência e progresso das técnicas que resulta na substituição do capital fixo é basicamente dentro da mesma técnica, para uso direto.

A forma ideológica correspondente é o liberalismo e o Estado liberal, nascido entre a transição do feudalismo para o capitalismo e a consolidação do modo de produção capitalista.

Pode-se dizer que havia uma intervenção estatal restrita, pensada essencialmente na solução de problemas ou de arrecadação imediatos do jovem Estado, da classe associada a ele, e sem planejamento nem direcionada a políticas de desenvolvimento nacional. A intervenção não constituía um obstáculo à expansão da produção, ainda mais em um contexto de rápido crescimento com altas taxas de lucro. No liberalismo, a primazia do mercado é combinada à idéia de liberdade individual para dispor do direito a toda e qualquer forma de propriedade, e a burguesia na sua fase ascendente encontrou sua ideologia perfeita¹.

O nome liberalismo e o que representa foi construído na Europa do séc.XVI, defendido como forma política e ideológica até o período entre as duas guerras mundiais, e mais tarde substituído pela social-democracia, no pós-II guerra. É ideologia que desqualificou as utopias socialistas durante a revolução burguesa (Inglaterra 1640-60); na prática, o liberalismo pretendeu adaptar instituições para difundir a idéia de abolição da servidão e dos valores da propriedade como novas formas de liberdade, o que poderia sugerir uma sociedade organizada a partir do interesse coletivo (Locke, 1690, Smith, 1776): uma sagaz contradição em defender que o máximo da satisfação coletiva dependeria da busca desimpedida aos interesses individuais. O sentido difuso, a clareza seletiva nas definições se percebia na própria representação da liberdade: para os servos, liberdade era sair da servidão e do trabalho de subsistência na terra do senhor para vender livremente sua força de trabalho, acreditando também em um dia ser proprietário; para os detentores das terras e dos meios de produção, liberdade era dispor da terra e da força de trabalho enquanto propriedade privada, sem a contrapartida das obrigações do senhor feudal. No fim do feudalismo, o liberalismo significou eliminar as terras comunais e transformá-la em propriedade, forçando o assalariamento da força de trabalho.

O liberalismo é contruído sobre o postulado do livre uso, por qualquer indivíduo, de sua propriedade, podendo ser esta meios de produção ou apenas a própria força de trabalho. A primeira idéia da constituição burguesa prega que todos são iguais perante a lei, e a segunda, que uma organização social baseada na propriedade e na liberdade serviria o bem de todos. Essa base ideológica da igualdade formal e interesse comum (incluindo a idéia de nação) não mostra antagonismo entre classes. Quanto ao Estado, este deve ser o guardião da ordem social interna e mediador de conflitos externos, não se intrometendo no mercado. O mercado por sua vez, é considerado portador de direitos naturais na condução dos contratos entre particulares, na mediação de conflitos entre empregados e empregadores, entre empresas, e na defesa da concorrência que recompensaria o melhor, o mais qualificado, o mais astuto. Uma vez que para o liberal o Estado é um mal necessário, o Estado liberal é a forma ideal de Estado, representante de quem tiver maior poder de barganha e deslegitimando quem não estiver sob consenso.

Na política, o liberalismo desenvolveu duas faces: uma concreta, em oposição ao Estado, que enfatiza a sociedade civil como propagadora da eficiência econômica; e a outra idealista, que enxerga no Estado o portador da vontade comum em garantir a liberdade individual. O liberalismo se mostrou versátil em se acomodar nos diversos episódios históricos de governos reacionários, totalitários, democráticos, revolucionários ou fascistas (Marcuse, Horkheimer) - isso para mostrar que a ideologia liberal não trata apenas de um formato de não-regulação econômica. Como na prática não há equilíbrio de forças, a representação social irá desenvolver associações, partidos, sindicatos, procurando aumentar a participação política do indivíduo enquanto classe, o que será característica da social-democracia europeia no estágio intensivo.

Estágio predominantemente Intensivo e Social-democracia

Após a crise capitalista-liberal de 1929, a intervenção estatal passou a ser defendida como forma de regulação econômica. A recessão e a queda na taxa de lucro (que novamente aconteceria por volta de 1970), marcam o esgotamento do estágio extensivo nos Estados Unidos, revelando também o problema estrutural do modo de produção capitalista. A substituição do estágio extensivo para intensivo aconteceu na Inglaterra por volta de 1820, na Alemanha em 1870, Estados Unidos em 1930, Brasil em 1975 e a forma política e ideológica correspondente é a social-democracia.

No estágio intensivo, a expansão da produção passa a depender predominantemente do aumento da produtividade do trabalho e do nível da reprodução social:

- I. Aumento da produtividade com taxa de acumulação própria ao processo produtivo. O progresso técnico é rápido a ponto de o ritmo de substituição das técnicas e, portanto, do capital fixo, ser definido mais pela taxa de obsolescência técnica do que pelo tempo de vida/decadência do capital fixo.
- II. Aumento do nível de reprodução da força de trabalho e social, tanto para acompanhar a evolução das técnicas de produção, quanto para assegurar o escoamento da produção de bens materiais e sociais
- III. Ampliação da intervenção do Estado na regulação da produção e reprodução social, necessários à ampliação do modo de produção.

O nome social-democracia nasceu na Alemanha por volta de 1875 (Kautsky), e foi generalizado após a II Guerra Mundial. É um sistema de condução da economia e da sociedade no modo capitalista, focado na defesa de valores da classe média urbana das sociedades burguesas - procura assegurar um crescimento econômico supostamente equilibrado, com distribuição de renda através do Estado do bem-estar (Welfare State) a partir do consenso social construído entre classes e entidades (mediado pelo Estado), e com o objetivo de evitar a revolução socialista.

A social-democracia não nega o capitalismo e utiliza meios e possibilidades das instituições consideradas democráticas enquanto base de apoio na massa social: (1) ser ao mesmo tempo contra o liberalismo burguês que a cabo levaria à dominação do proletariado debaixo do capitalismo; e (2) contra o movimento socialista, o que levaria ao rompimento das estruturas do capitalismo. Considera essencial a existência do mercado e da propriedade privada, com a intervenção do Estado nos limites definidos pelo mercado para impulsionar o estágio intensivo.

Porém, dentro da dialética da forma-mercadoria, mesmo com a regulação estatal, o progresso econômico e produtividade no bem-sucedido estágio intensivo, o modo de produção encontra sua exaustão.

Estágio Contemporâneo e o Neoliberalismo

O processo de reconstrução do pós-guerra assegurou à economia mundial duas décadas de crescimento acelerado que ao fim, marcaram o esgotamento do estágio intensivo. A corrente crise e a receita para suplantá-la consiste na aplicação de medidas concentradoras de capital e de renda, de desmonte do Estado de bem-estar, e retorno às formulações liberais do sécXVII - uma tentativa de reverter a contra-tendência à generalização da forma-mercadoria através da desregulamentação.

A atual crise possui uma dimensão maior e não totalmente conhecida por atingir uma das bases da reprodução que é a exaustão de recursos energéticos. O alívio é através de arranjos neoliberais sobre o equilíbrio entre produção e consumo (atualmente, aumento de produtividade sem correspondente aumento no tamanho dos

mercados), tentando reverter a queda da taxa de lucro através do retorno à mercadorização. Mandel definiu esse estágio (a partir de 1970) como Capitalismo Tardio e a forma política e ideológica correspondente é o neoliberalismo:

I. Segunda fase de desindustrialização - transferência do parque industrial dos países desenvolvidos para Ásia e América Latina nos anos 1970, onde as legislações de trabalho, ambiental, e regulação são amenas, como também menor o custo da mão-de-obra.

II. Privatização da infra-estrutura, tentando sua re-mercadorização - frágil tentativa de remercadorização da economia, pensando ser possível através da privatização.

III. Nas sociedades burguesas, desestruturação do Welfare State.

IV. Retorno da ideologia liberal.

V. Expansão ilimitada do crédito protelando a crise de superprodução. Financiamento do consumo via endividamento interno e externo do Estado, extendendo a mercados emergentes (Brics).

O principal engano é que o neoliberalismo nega a crise estrutural do capitalismo e a necessária presença do Estado capitalista assegurando as condições de produção. Contrariando a retórica, o capitalismo contemporâneo é caracterizado pelo crescente papel do Estado compensando a queda da taxa de lucro individual².

Desde a mais recente crise financeira (fim dos anos 2000), os países em desenvolvimento avançam sobre a economia de países desenvolvidos, liderando a economia global. De 2007 a 2011, os países desenvolvidos somaram por somente 35% do PIB global e 23% da paridade do poder de compra relativo ao PIB³.

Maiores Economias por crescimento do PIB (2007-2011; FMI 2011)

Rank	Country	GDP (billions of USD)	Share of Global Incremental GDP	Annualized GDP Growth
	<i>World</i>	14,331.570	100.00%	6.4%
1	China	3,494.240	24.38%	25.0%
2	Japan	1,477.420	10.31%	8.4%
3	Brazil	1,139.740	7.95%	20.7%
4	United States	1,036.140	7.23%	1.8%
	European Union	985.438	6.88%	1.5%
5	India	690.569	4.82%	15.0%
6	Russia	585.200	4.08%	11.3%
7	Australia	553.746	3.86%	14.5%
8	Indonesia	402.103	2.81%	23.3%
9	Canada	334.613	2.33%	5.9%

Maiores Economias por crescimento do poder de compra relativo ao PIB (2007-2011; FMI 2011)

Rank	Country	GDP (billions of USD)	Share of Global Incremental GDP	Annualized GDP Growth
	<i>World</i>	12,173.900	100.00%	4.6%
1	China	3,982.470	32.71%	13.6%
2	India	1,358.450	11.16%	10.9%
3	United States	1,036.140	8.51%	1.8%
	European Union	949.937	7.80%	1.6%
4	Brazil	452.663	3.72%	6.1%
5	Indonesia	282.220	2.32%	8.4%
6	South Korea	268.174	2.20%	5.2%
7	Russia	260.758	2.14%	3.1%
8	Germany	245.872	2.02%	2.2%
9	Argentina	186.084	1.53%	8.9%

2 A Dialética da Organização Espacial

O espaço urbano resultou da extensão e generalização da forma-mercadoria por dentro dos mercados unificados sobre o território das nações-Estado, e envolvidos pelo modo de produção de acordo com seus estágios de desenvolvimento.

O processo de unificação do mercado requereu a construção de infra-estrutura para conectar o território em um espaço ao mesmo tempo homogêneo e diferenciado, processo caracterizado no estágio de acumulação extensivo mais pela expansão do que transformação; e no estágio intensivo, mais pela transformação de espaços existentes do que expansão a novos territórios. No estágio intensivo, o final do processo de assalariamento e aumento da produtividade foram executados ao mesmo tempo em que a organização espacial era estruturada em aglomerações urbanas cada vez mais intensificadas e concentradas - principal locus da produção.

A organização espacial está no campo da produção coletiva, a cargo do Estado – daí que a produção do espaço urbano que gera a mercadoria localização escapa da completa mercadorização. Embora a localização faça parte do setor das categorias econômicas, a economia contemporânea (ao isolar e restringir a análise da economia ao setor de mercadorias), excluiu a organização produtiva a cargo do Estado e o peso da organização espacial feita por ele, limitando o peso da localização sobre a produção (e vice-versa).

A regulação do mercado na organização espacial é através do preço das localizações, e a regulação do Estado, através do planejamento - o nível dessa intervenção depende do estágio de acumulação, mais uma vez, do nível do antagonismo entre forma-mercadoria e produção coletiva na dialética entre mercado e Estado.

I. O primeiro propósito da regulação estatal não deve ser aumentar a soma de acumulação total (que será consequência), mas a distribuição do excedente da produção coletiva: ao distribuir melhor as condições espaciais de produção haverá produtividade, abrangência, escoamento, e consumo.

II. Produção de infra-estrutura espacial é especialmente vantajosa em tempos de crise, momento em que a taxa de acumulação e a soma de excedentes (individuais e coletivos) estão baixas ou encontram dificuldades para expandir. Uma conveniente saída para capital e trabalho que não podem escoar na produção direta de mercadorias, pelo menos num primeiro momento.

2.1 Valor e Preço da Localização

O solo inicia a composição do preço porque ele é suporte para a localização, embora pagamento pela localização não é o mesmo que pagamento pelo solo. Existirá um pagamento pelo uso de uma localização mesmo onde este não for apoiado pelo solo: espaço aéreo, aluguel de satélites, delimitação marítima, etc. O valor de uso e o valor de troca da localização não dependem da restrição a uma condição estática relacionada ao solo, e seu valor referência para um preço (compra ou renda/aluguel) é um meio de organização espacial da produção via regulação de mercado.

A localização é um valor de uso para qualquer atividade de produção. A partir do valor de uso se atinge o valor de troca com um preço, somatória do conjunto de valorizações/desvalorizações do processo de acumulação, e resultado também da interação entre Estado e mercado sobre a produção do espaço. O valor de uso é transformado constantemente através do processo histórico, e o valor de troca é sujeito às volatilidades típicas das mercadorias em geral: torna-se obsoleto com o tempo por causa da decadência física, mas também por causa das inovações na produção que exigem mudanças nas necessidades espaciais. Daí não ser possível garantir um preço definitivo para o valor da localização que garanta uma condição estável e ótima de produção – o que existe é uma referência estipulada/regulada essencialmente pelo mercado, em que as atividades de produção (enquanto produtoras e consumidoras de localizações) precisam se adaptar constantemente às mudanças no espaço (e vice-versa), sempre buscando localizações melhores à sua atividade produtiva.

Portanto, a produção do espaço é parte da regulação econômica conduzida pelo Estado com primazia ao mercado, com a localização comandando um preço e forma de pagamento, mercadorizada como qualquer mercadoria - valor que entra na composição do custo e condições de produção: trabalho, salários, matérias-primas, técnica, maquinário: bens e meios de produção.

Além, o preço da localização é instrumento de especulação e organização da produção debaixo das condições gerais da competição entre capitais. Ou seja, o pagamento pela localização regula e é regulado tanto pela composição do custo de produção de bens e meios de produção, quanto pela distribuição da produção sobre o espaço – as proporções nas quais estes se manifestam na composição do capital é resultado da regulação da produção.

2.2 Pagamento pela Localização e Organização Espacial

O pagamento pela localização é uma pré-condição da produção, adiantada pelo capital para assegurar essa condição de produção por um período de tempo.

I. A forma da renda/aluguel assegura a posse de uma localização enquanto propriedade por um período pré-determinado (mesmo que prorrogável); ela funciona predominantemente com os fundamentos do capital circulante, aumentando a fluidez do capital e diminuindo a rigidez do processo de produção – característica do estágio extensivo.

II. A forma do preço (compra/venda) assegura a posse de uma localização enquanto propriedade por mais de um período, ou por tempo indeterminado; ela funciona predominantemente com os fundamentos do capital fixo aumentando a rigidez do capital e do processo produtivo – característica do estágio intensivo.

Conduzindo o nível da rigidez do capital e a introdução de novas técnicas ao desenvolvimento da produção, as duas formas de pagamento pela localização entram na composição da regulação espacial e econômica da produção.

Na prática, um processo produtivo não pode garantir que, se ele relocar a produção e/ou intensificar o uso em uma localização, a alternativa escolhida terá sido a melhor ou efetivamente necessária para aumentar a produtividade. É a fração mais particular do mercado que fará essa pergunta, sempre tentando se antecipar nos ganhos ou em evitar a queda na taxa de lucro. A disputa pelas melhores localizações no espaço resulta no conflito entre (1) grupos de usos relativamente homogêneos e (2) usuários individuais, o que não é simples de ser solucionado sem a intervenção do Estado - na ausência, o resultado pode ser um crescimento desordenado.

O caso mais comum é de um grupo que deseja ocupar localizações já ocupadas por outro que não quer sair: se a intensificação do uso do solo (para conter ambos ou mais) não é possível, o resultado costuma ser a desarticulação de um uso, de um grupo, ou troca de um grupo por outro, ou então a relocação de determinada produção.

Quando a diferenciação do espaço aumenta, a competição por melhores localizações aumenta, o que faz a diferenciação de preços entre elas aumentar – regulação de mercado. Se esses ficam excessivos, certas atividades podem ser forçadas à relocação ou intensificadas sua produção, como também do uso do solo onde estão localizadas. A regulação do Estado vai no caminho oposto, na homogeneização do espaço e regulação de usos, com menor diferencial de preços das localizações.

Densidade de Ocupação

Se assumido que a melhor técnica é a maior produtividade em determinada localização - intensificação da produção sobre o solo -, o pagamento pela localização nos leva a uma análise seguinte ao efeito do progresso técnico que é o movimento indutor em que a transformação e intensificação do uso do solo media a forma concreta do padrão de ocupação⁴.

Restrições coletivas do uso do solo induzirão ao processo de produção encontrar alguma proporcionalidade rentável entre densidade de ocupação e intensidade produtiva. Porém, tal relação é resultado de situações muito mais complexas do que a regulação de mercado consegue antecipar. O que este frequentemente busca é criar a possibilidade de que localizações caras sejam associadas a densidade e intensidade: vale dizer, sem empecilhos ao aumento de densidade e preço⁵. Regulações como leis de zoneamento e códigos de construção tentam impor limites na densidade, na proporção entre máximo possível e quantidade de solo ou construção.

O custo do solo sobre o custo de produção em um processo produtivo (onde entram as discussões sobre

densidade e intensificação) é somente uma das interferências que diminuem os retornos da produção, sem ser empecilho à acumulação. Enquanto as mesmas restrições de uso do solo são aplicadas a processos produtivos ao mesmo tempo, elas não fazem diferença sobre o custo de produção individual – estão atuando no processo produtivo coletivo e estimulando o melhor uso produtivo sobre o solo. “O preço natural de uma mercadoria é simplesmente o preço que tem que ser pago, sob condições competitivas, para assegurar a produção dessa mercadoria em qualquer escala dada”(Rowthorn,1980,p183-4).

Taxação sobre o Uso do Solo

Os impostos e taxas sobre a terra ajudaram a transferir o domínio dos pobres sobre seus recursos e mesmo de proprietários de terra para o contratante decidir quem seriam os escolhidos para usá-los como capital (Christopher Hill,1967,p181).

Já podemos dizer que o preço da localização regulado pela dialética entre mercado e Estado é a forma de organização espacial no processo de produção capitalista.

O propósito final de qualquer regulação no capitalismo é a mercadorização da produção social penetrando na reprodução social na maior extensão possível. Quando essa relação chega à organização espacial, processos de produção individuais tornam-se usos do solo agrupados em zonas específicas, mais ou menos organizadas, em um concomitante processo de homogeneização e heterogeneização do espaço.

Já vimos que o solo e a propriedade privada são condições de produção. A organização espacial envolve primeiro a produção de espaço (que origina as localizações) e em seguida sua regulação. O espaço é construído pelo Estado, enquanto seu consumo é definido por uma combinação entre regulação do mercado e do Estado. A regulação do Estado essencialmente é através de formas (1) jurídicas (zoneamento e leis indutoras/restritivas em relação às atividades e padrões de ocupação permitidos)⁶; (2) obras indutoras (infra-estrutura) de um padrão de ocupação e crescimento, e (3) taxação.

A taxação pertence ao conjunto das restrições coletivas sobre o setor de mercadorias para dificultar ou impedir que o solo deixe de contribuir para a acumulação:

- I. Mesmo se for através de uma taxa extraída da mera permissão de produção de subsistência em um pedaço de terra.
- II. Através de taxas sobre terras não produtivas, devolutas ou vazias nas aglomerações urbanas ou no meio rural, forçando sua inserção ao mercado.
- III. Ao ser uma taxa antecipada, ela independe do resultado da produção, e é decisiva para a escolha de um processo produtivo. A taxação sobre o solo tem um efeito imediato na produção e transformação das localizações individuais ao alterar a rigidez do capital fixo, como também estimular movimentos do capital circulante.
- IV. Ela nivela tanto o processo de produção que é proprietário da localização quanto aquele que paga renda/aluguel.

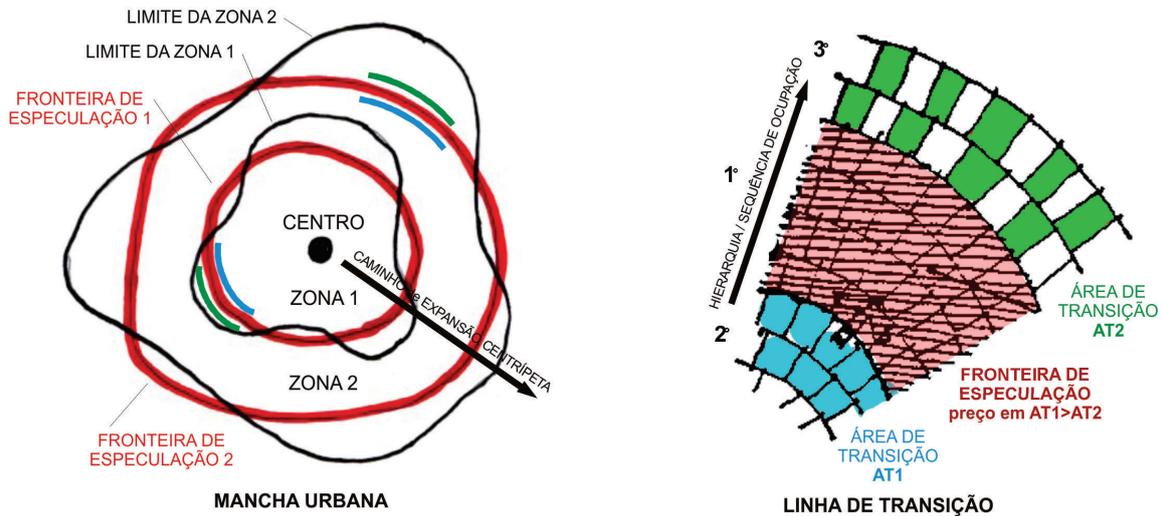
A taxa sobre a localização é uma maneira mais precisa do que regulações normativas, interferindo diretamente na localização individual. Ela pode ser específica, é eficaz enquanto meio de induzir transformações no uso do solo e organizar o espaço a partir dos objetivos do planejamento, de acordo com regras conhecidas a todos.

Especulação

O conflito entre usos do solo costuma resultar em um padrão de ocupação em que os preços das localizações serão mais altos nas fronteiras em direção ao centro (área de transição-AT1) e mais baixos em locais na direção adjacente externa (AT2). Tal movimento se repetirá continuamente a partir da hierarquia seguinte, em um

padrão de crescimento em que as fronteiras são movidas centrífugamente, e jogando para o Estado a tarefa de preparar e conectar as localizações (com infra-estrutura) para valorizá-las.

Isso cria uma pressão sobre uma linha de transição especulativa entre pontos intermediários que vão se deslocando tanto logo acima da última fronteira, quanto abaixo da seguinte. O movimento acompanha a hierarquia 1o, 2o, 3o, com preços aumentados nas localizações dentro das seqüências das fileiras mais desejadas, e criação, controle e estoque de localizações no mercado.



A atividade da especulação precisa absorver riscos e prever evoluções para antecipar movimentos. Ela tenta influenciar o futuro, lucrando sobre o vazio entre espaços construídos deixado por uma economia não planejada. O espaço nas zonas desejadas acaba por ser transformado por saltos, e não por um caminho gradual. A especulação regula de forma extensiva o espaço na intenção de criar localizações e entrega para o Estado a forma intensiva de prover a infra-estrutura necessária para unificação do espaço e promoção das localizações mercadorizáveis.

2.3 Espaços homogêneo e heterogêneo

A urbanização é a negação dos sentidos individuais da localização, para restituí-los coletivamente dentro do espaço do mercado. Vimos que tanto a economia quanto a produção do espaço que origina as localizações não podem ser totalmente mercadorizados. A produção de localizações precisa ser feita em um nível coletivo dentro da produção do espaço, o que faz da intervenção estatal produzindo homogeneização do espaço um complemento a fim de contrapor à diferenciação / fragmentação do espaço produzido pelo mercado – que acompanha o desenvolvimento da produção:

- I. A coexistência corresponde a dialética da organização espacial produzindo localizações mercadorizáveis
- II. A diferenciação sustenta a regulação do mercado e é referência de preços de localizações
- III. Mesmo que ao produzir homogeneização, a intervenção estatal produza também diferenciação e antecipações que induzem ao crescimento espontâneo e à especulação.
- IV. A homogeneização serve a garantir também que mercados de acumulação independentes não comprometam a acumulação: não devem prejudicar o espaço econômico do mercado unificado.

V. Quanto maior o âmbito da organização do espaço através do planejamento e da intervenção estatal, menos resta para ser organizado pelo preço, e seu diferencial tende a ser menor. Quanto menor a intervenção direta na regulação do espaço, a regulação pelo preço das localizações resultará maior diferencial e em mais zonas.

3 Organização Espacial na Dialética da Acumulação Entravada

Acumulação entravada (Deák,1991) é o nome que Csaba Deák criou para descrever o modelo de acumulação brasileiro, sua base material e os instrumentos de reprodução da sociedade de elite brasileira, em torno do modo de produção capitalista, ainda que de acumulação entravada - resistente à formação de uma estrutura produtiva plenamente desenvolvida, um mercado interno frágil, e com empecilhos à unificação do espaço nacional (que em particular a metrópole de São Paulo reflete e reproduz).

O Brasil enquanto país independente perpetuou as características de uma reprodução não autônoma, uma economia em sequências tanto de ampliação, quanto de reimposição dos freios ao desenvolvimento e retração do mercado interno⁷. O desenvolvimento é conduzido apenas e até os limites impostos pela necessidade de preservar o princípio da reprodução da expatriação de excedente. Trata-se de uma variação da acumulação capitalista, que:

- I. Ocupa o lugar da dialética da forma-mercadoria, recompondo/reimpondo por crises sucessivas a primazia da expatriação de excedente sobre a acumulação interna
- II. É variação do conflito colonial contra forças externas (a metrópole), para disputas internas à sociedade de elite quanto ao tipo de acumulação (entravada/desimpedida, entreguista/desenvolvimentista)
- III. Não corresponde ao estágio intensivo, em que a expansão do excedente acompanha o aumento da produtividade e nível de reprodução social
- IV. Também não é estágio extensivo, pois com a exaustão do estágio extensivo e resistência à implantação do estágio intensivo, acumulação com expatriação torna-se praticamente impossível.
- V. A ideologia da escassez, do país pobre, infra-estrutura precária desqualifica o planejamento: ser ainda menos ambicioso na intenção, para tornar-se sem efeito concreto na prática.

Ausência de planejamento integrado, ou planejamento localizado para reproduzir o modelo acima são perceptíveis na precária infra-estrutura e no alto diferencial de preço das localizações que resulta entre outros, em segregação espacial – direcionando os investimentos públicos às áreas de maior renda. Ou seja, a organização do espaço, as políticas e demandas são instrumento e produto desses antagonismos objetivando a manutenção dos entraves da reprodução social com desigualdade social, reproduzindo precárias condições de reprodução da força de trabalho em condições urbanas igualmente precárias.

Ineficiência crônica e espaço fragmentado não são consequências de problemas técnicos insolúveis ou falta de recursos, mas estratégia e modelo de reprodução seletivo, não desimpedido.

3.1 A Metrópole de uma Sociedade de Elite

Na MSP, espaço homogêneo/unificado em áreas seletivas e fragmentado / heterogêneo na maior parte é exemplo dessa ação seletiva do Estado. O setor sudoeste é o vetor escolhido para concentrar os investimentos públicos e privados. É aonde a elite da metrópole de uma sociedade de elite se concentra, com boa infra-

estrutura, meio ambiente e acessibilidade razoáveis, a maior parte das atividades econômicas. Relativamente no mesmo espaço, a ocupação é dividida com favelas nos espaços intermediários e na periferia⁸ – a força de trabalho da metrópole.

Alem do vetor sudoeste, interpretamos que o processo de obsolescência dos centros na MSP (centro velho/histórico, av.Paulista, av.Faria Lima velha e nova, av.Luis C. Berrini, até o momento)⁹ é processo inerente à organização espacial na dialética da acumulação entravada:

I. É variação da multiplicação/desmembramento de estados e municípios ocorrida no Brasil desde e após 1889; e forma de criar mercadorizáveis localizações através do fracionamento do espaço e alto diferencial de preço do solo.

II. A polinucleação permite ao mercado a pretensão de criar localizações através da disputa e pulverização dos investimentos do Estado: antes (de preferência), durante e/ou depois de ocorrerem os investimentos privados.

III. O resultado será mais diferenciação do que homogeneização; propagar a decadência do espaço e localizações correntes (saindo da produção) para vender construção e revitalização em novas localizações.

IV. Produto de divergências internas à sociedade de elite na disputa por investimentos públicos em áreas com bens imóveis adquiridos.

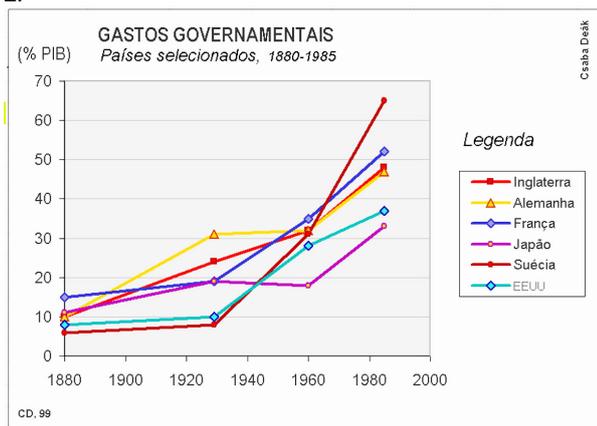
V. A especulação será possível (1) nos centros que disputam investimento; (2) nos espaços entre tais centros.

VI. Estruturas que deveriam integrar são utilizadas para reforçar a segregação: em três exemplos, a linha 5 do metrô (campo limpo) que não chega ao centro; os elevados, sobre a av.São João ('minhocão') e o recente sobre o rio Tamandueté, ambos reforçando barreiras.

Notas e referências

1. Em raros momentos a burguesia foi liberal no sentido literal defendido, e mesmo, nem sempre o liberalismo foi defesa da burguesia ou apenas desta: a fim de enfraquecer a aliança burguesia pré-capitalista com a monarquia absolutista, a aristocracia inglesa e francesa passaram a reivindicar liberdade política. Estado e burguesia atuaram em momentos de maior ou menor união: (1) num primeiro momento, a partir de um Estado neutro, fraco, fragmentado ou indiferente; os capitalistas defendiam o livre mercado para explorar suas propriedades privadas; (2) em seguida, nos primórdios dos Estados nacionais, o liberalismo é a justificativa da burguesia mercantil que produziu as expansões ultramarinas e o sufocamento da burguesia de menor capital. Porém, após a crise de 1929, a própria burguesia defende a regulação estatal a fim de tentar evitar crises capitalistas e o avanço do socialismo – é gestada a social-democracia européia, com ápice na reconstrução do pós-II guerra. Em 1891, Engels percebeu que o capitalismo não era liberal ou então que o liberalismo atuava com peculiar forma de planejamento: "Esta idéia se tornou obsoleta; dada a existência de trustes, a falta de planejamento desaparece"(citado em Lênin,1969,p138).

2.



fonte: fau.usp.br/docentes/deprojeto/c_deak/CD/5bd/3world/t1-gov/index.html

3. www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2011/02/weodata/index.aspx
www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2011/02/weodata/weorept.aspx

4. Consideramos que densidade ótima é o resultado da proporção entre capital circulante por unidade de capital fixo (no caso: espaço, edifício, saneamento, etc, construídos), a partir da melhor técnica construtiva corrente. Nas aglomerações urbanas, a referência de densidade individual ótima é diferente da densidade coletiva ótima: edifícios compactos e densos com boa produtividade individualmente podem congestionar-se entre si dentro da infra-estrutura urbana, sobrecarregando e sombreando ruas e redes públicas. O espaço capitalista necessário à produção e que define a localização em particular constitui em como a infra-estrutura é estruturada por densidades necessárias para um padrão de ocupação do solo. E, na superestrutura, a densidade ótima do edifício é calculada a partir do tipo e características de determinado processo produtivo.

5. O raciocínio mais simples e errado, apenas na distribuição de área por ocupação diria que em um solo com um preço, a maior densidade faria com que o preço individual de uma localização diminuísse. Não é o que ocorre: no preço relativo à densidade de ocupação, a fração construída vai aumentando seu preço até atingir alguma forma de equilíbrio entre custo de produção, oferta e procura.

6. Assim, em uma zona estritamente residencial o preço da localização será determinado a princípio, entre a competição de usos residenciais que foi definida pelo Estado. Em zonas residenciais não exclusivas, o preço será determinado pela competição entre usos residenciais e quaisquer outros usos permitidos, por ex. lojas e serviços.

7. References:

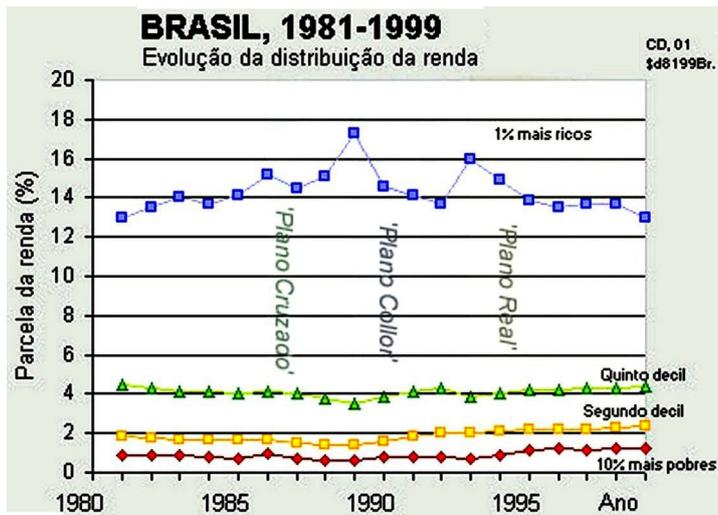
graphic 1: **Expatriação via exportação**

PRODUTIVIDADE DAS EMPRESAS EXPORTADORAS					
Exportadoras têm produtividade 5 vezes superior às empresas voltadas ao mercado interno					
Perfil das empresas exportadoras					
POTENCIAIS EXPORTADORAS	EXPORTADORAS	FORTEMENTE EXPORTADORAS			
» Ainda não exportam, mas têm todas as características de uma exportadora, pronta para entrar no mercado externo	» Atuam no mercado externo, mas não em estágio de elevada produtividade	» Bom índice de inovação tecnológica, com vendas de produtos diferenciados ao mercado externo —alto valor agregado			
Número	Produtividade, em R\$ mil/trabalhador	Anos de estudos da mão-de-obra	Remuneração média mensal, em R\$	Exportações/faturamento	
» Voltadas ao mercado interno	11.340	14,98	6,91	445,62	0
» Potenciais exportadoras	4.058	29,64	7,34	633,17	0
» Exportadoras	4.058	32,10	7,43	674,49	16,3%
» Fortemente exportadoras	2.434	76,12	8,57	1.562,79	24,3%

Fonte: Ipea, com dados da Secretaria de Comércio Exterior, Pesquisa Industrial Anual do IBGE, Rais e Banco Central

fonte: FSP, 25/06/2007

graphic 2: **Distribuição de renda e Planos**

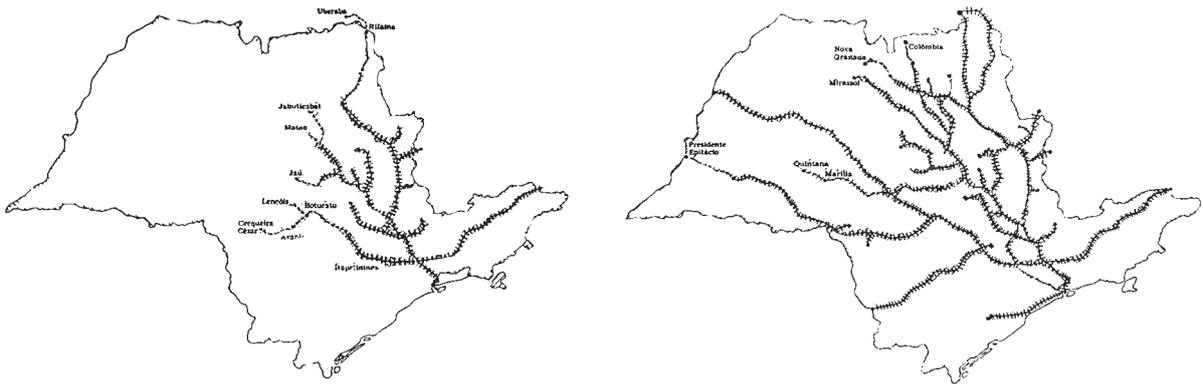


A pouca distribuição de renda ocorreu após os planos

fonte: IBGE 1991, PNAD 1996; PNAD 2004: tab 7.1.3

Csaba Deák, fau.usp.br/docentes/deprojeto/c_deak/CD/5bd/2br/t-g/3dr8196/index.html

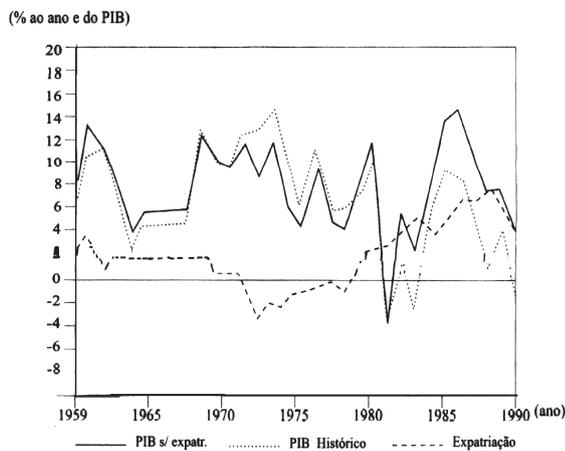
graphic 3: **Vocação agrário-exportadora, 1900 e 1940**



Conexões individuais entre fazendas de café/capital/Santos. Não há um sistema de ferrovias unificando/integrando (ex:radial) o território.

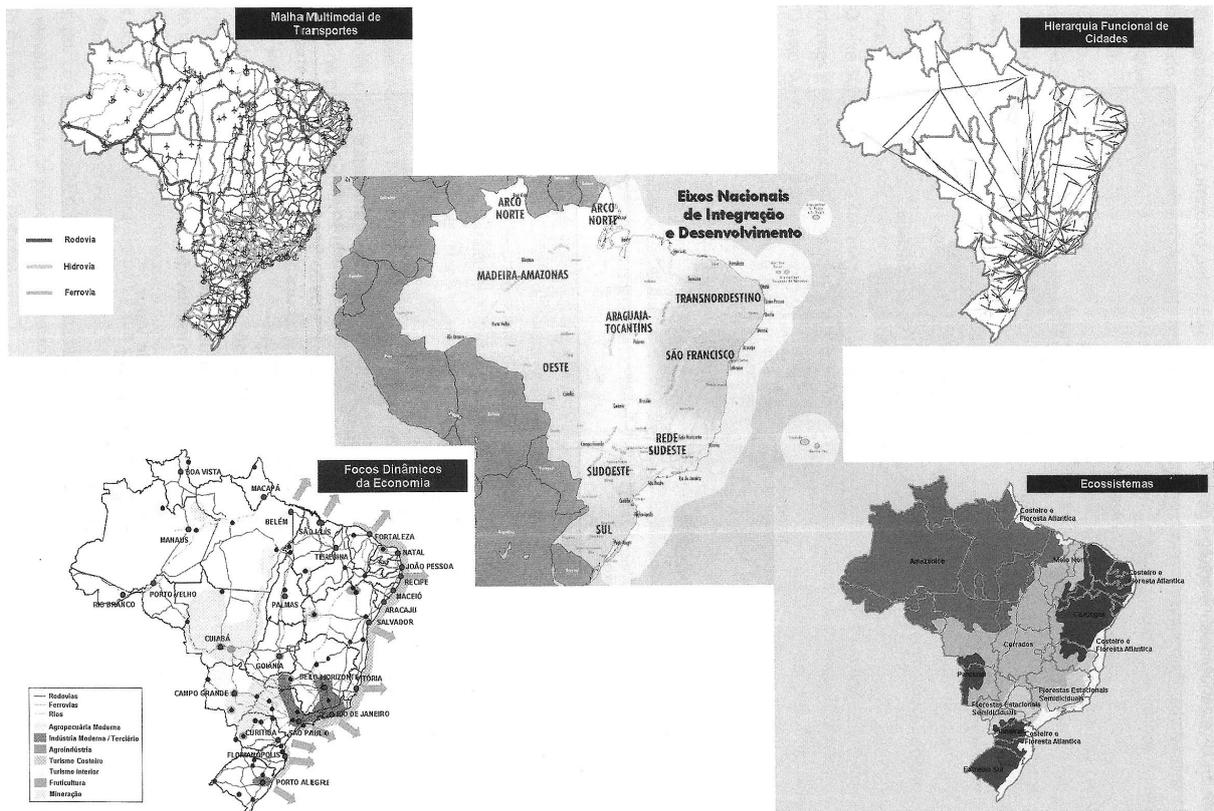
fonte: Saes (1981,p51,apud:Schiffer,1992)

graphic 4: **Expatriação sobre acumulação (PIB) 1959-1990**



Fonte: Deák,1991;cit.in:Deák,1999,p49

graphic 5: **Projeto Eixos, Consórcio Brasiliana 1999**



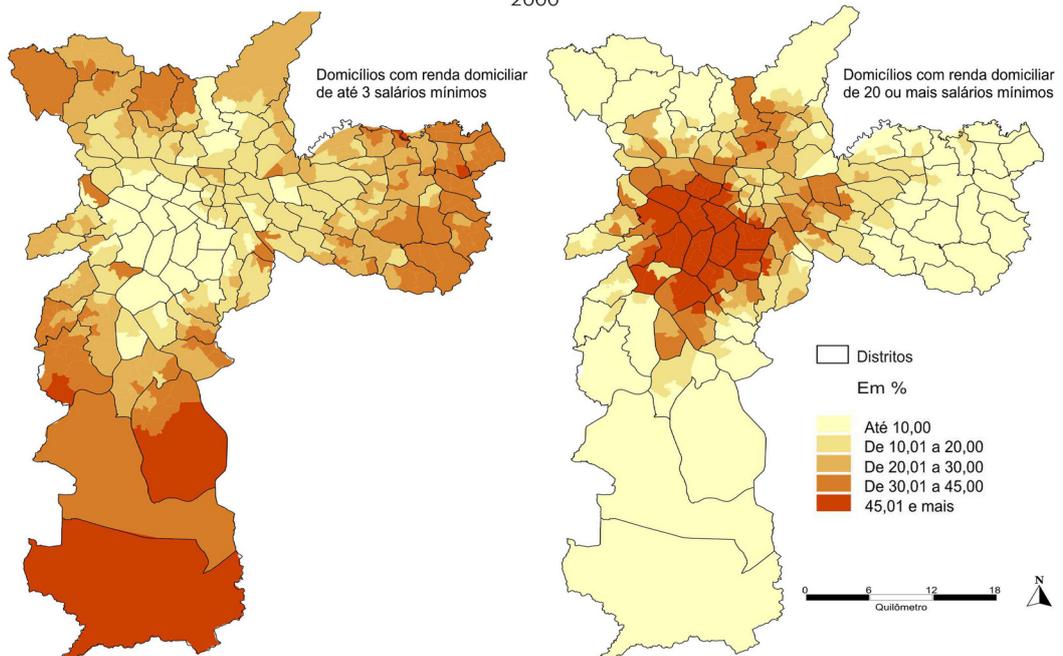
Fonte: Booz-Allen & Hamilton

O projeto basicamente tenta organizar o espaço interno objetivando a criação de corredores de exportação. Atenção à direção das flechas no mapa *Focos Dinâmicos da Economia*.

8. Exemplos da distribuição espacial na metrópole de uma sociedade de elite.

graphic 6:

Distribuição de Domicílios, segundo Faixa de Renda
Distritos do Município de São Paulo
2000

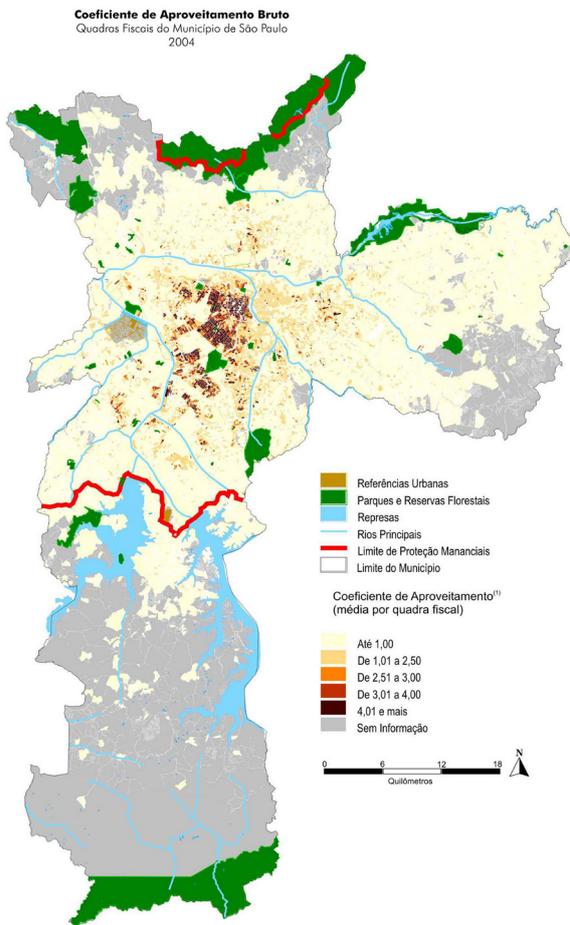


À direita, em escuro, o **vetor sudoeste**
Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000

image 1: **Ponte do Morumbi**, direção norte.

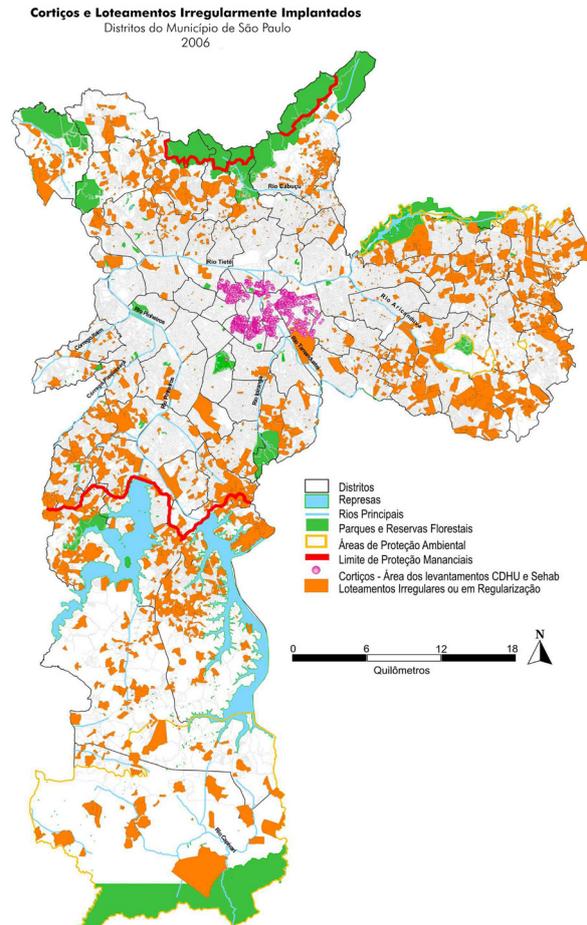


graphic 7: **O vetor Sudoeste na RMSP**



fonte: Secretaria Municipal de Finanças, TPCL 2004

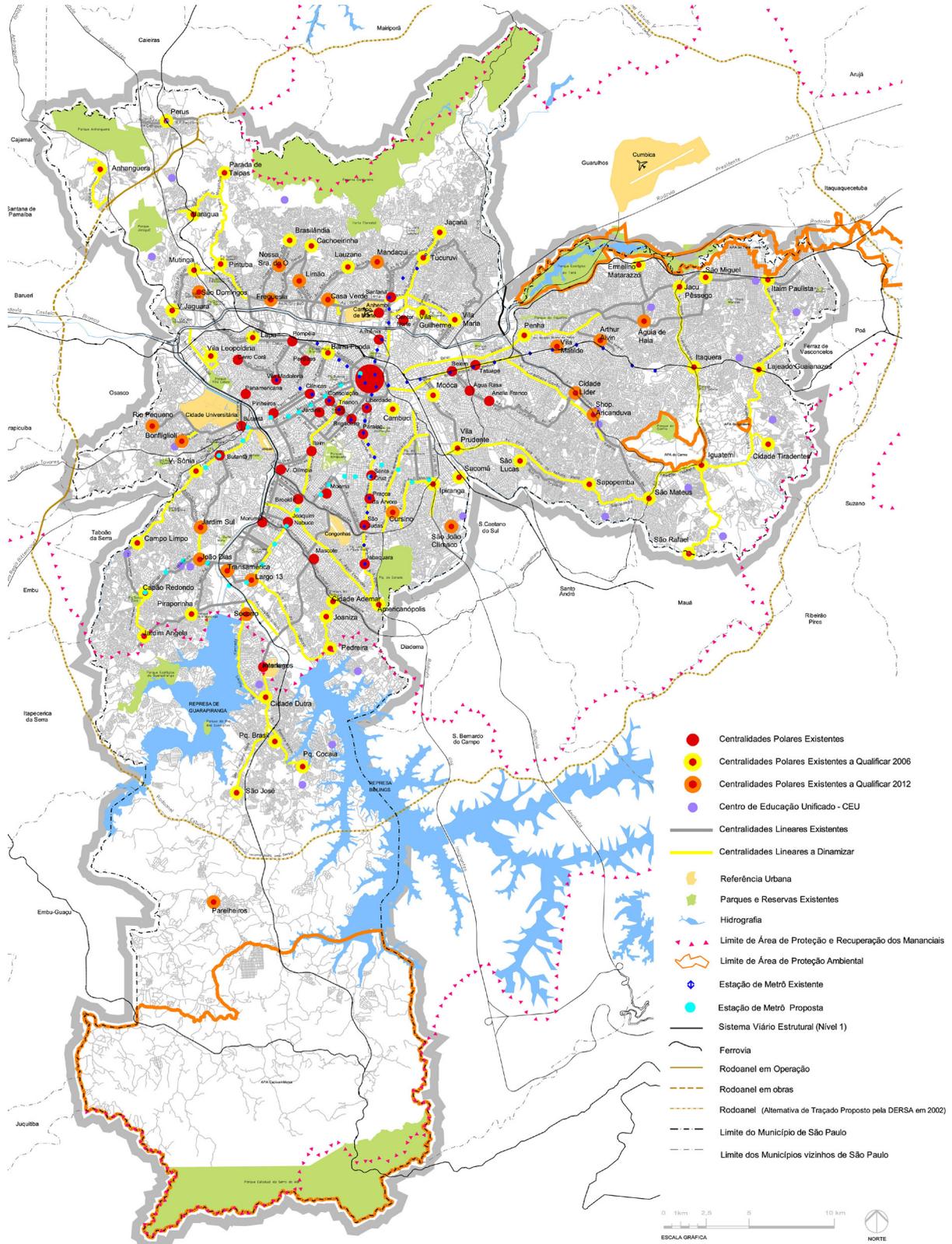
graphic 8: **Periferia e Cortiços na RMSP**



fonte: Cadastro unificado Sehab/Cohab/CDHU, 2006

9. O processo de obsolescência dos centros

graphic 8: Rede Estrutural de Eixos e Polos de Centralidades



Os pontos vermelhos são os definidos mais importantes, no vetor sudoeste
 fonte: Sempla 2002

Bibliografia

AGLIETTA, Michel (1976): "A theory of capitalist regulation". New Left Books. London, 1979

DEÁK, Csaba: "Rent Theory and the price of urban land. Spatial organization in a capitalist economy". PhD Thesis, King's College, Cambridge, 1985

____ "Acumulação Entravada no Brasil e a crise dos anos 80". Espaço&Debates 32.

[disponível em fau.usp.br/docentes/deprojeto/c_deak/CD/3publ/91ace/index.html]

____ "A busca das categorias da formação do espaço". Tese de livre-docência, FAUUSP, 2001. [disponível em fau.usp.br/docentes/deprojeto/c_deak/CD/3publ/01LD-categ/index.html]

DEÁK, C. and SCHIFFER, S.(2007): "The metropolis of an elite society". in: Klaus Segbers, Simon Raiser, Krister Volmann (org). The making of global City regions. ed.Baltimore: The John Hopkins University Press

FERNANDES, Florestan. "Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina". Rio de Janeiro, Zahar, 1973

LIBANEO, Adriano L: "A Dialética da Organização Espacial e a Metrópole de uma Sociedade de Elite"; Faculdade de Arquitetura and Urbanismo - Universidade de São Paulo, Brasil, 2007

OLIVEIRA, Francisco de (1972): "A economia brasileira: crítica à razão dualista". Vozes, Petrópolis, 1987, 5aed.